Efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo contábil das companhias abertas que exploram ativos biológicos.

Cassius Klay Silva Santos (UFU) - cassiusklay@gmail.com

Alessandra Vieira Cunha Marques (UFU) - alessandra1909@hotmail.com

Ilirio José Rech (UFU) - ilirio@terra.com.br

Patrícia de Souza Costa (UFU) - patriciacosta_1@yahoo.com.br

Resumo:

A adoção de novos métodos de mensuração pode afetar significativamente a prática contábil de determinado setor ou para a contabilização de certas transações das empresas. Este é o caso que ocorreu com os ativos biológicos após a adoção da IAS 41 e aplicação do valor justo para mensurar tais ativos. De acordo com alguns autores a mensuração com base no custo histórico pode ser visto como uma forma de manifestação do conservadorismo contábil o que não poderia ser observado com a aplicação do valor justo para mensurar os ativos biológicos. Neste sentido torna-se relevante verificar se a adoção das IFRS influenciou no nível de conservadorismo das práticas contábeis adotadas no Brasil pelas companhias abertas que exploram ativos biológicos. Desta forma, este estudo tem o objetivo de analisar a influência da adoção das IFRS no nível de conservadorismo contábil das companhias abertas que exploram ativos biológicos. Com base em uma pesquisa quantitativa e descritiva foi realizado a análise do conservadorismo condicional e incondicional nas empresas do agronegócio usando modelo proposto por Basu (1997). Observou-se que as companhias em estudo, apresentaram redução no nível de conservadorismo condicional após a adoção das IFRS. Por outro lado, foi identificado aumento no nível de conservadorismo incondicional no setor do agronegócio, denotando o aumento das práticas gerenciais oportunistas, que pode impactar negativamente na qualidade dos relatórios contábeis.

Palavras-chave: IFRS. Conservadorismo. Ativos Biológicos.

Área temática: Métodos quantitativos aplicados à gestão de custos

Efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo contábil das companhias abertas que exploram ativos biológicos.

Resumo

A adoção de novos métodos de mensuração pode afetar significativamente a prática contábil de determinado setor ou para a contabilização de certas transações das empresas. Este é o caso que ocorreu com os ativos biológicos após a adoção da IAS 41 e aplicação do valor justo para mensurar tais ativos. De acordo com alguns autores a mensuração com base no custo histórico pode ser visto como uma forma de manifestação do conservadorismo contábil o que não poderia ser observado com a aplicação do valor justo para mensurar os ativos biológicos. Neste sentido torna-se relevante verificar se a adoção das IFRS influenciou no nível de conservadorismo das práticas contábeis adotadas no Brasil pelas companhias abertas que exploram ativos biológicos. Desta forma, este estudo tem o objetivo de analisar a influência da adoção das IFRS no nível de conservadorismo contábil das companhias abertas que exploram ativos biológicos. Com base em uma pesquisa quantitativa e descritiva foi realizado a análise do conservadorismo condicional e incondicional nas empresas do agronegócio usando modelo proposto por Basu (1997). Observou-se que as companhias em estudo, apresentaram redução no nível de conservadorismo condicional após a adoção das IFRS. Por outro lado, foi identificado aumento no nível de conservadorismo incondicional no setor do agronegócio, denotando o aumento das práticas gerenciais oportunistas, que pode impactar negativamente na qualidade dos relatórios contábeis.

Palavras-Chave: IFRS. Conservadorismo. Ativos Biológicos.

Área Temática: Métodos quantitativos aplicados à gestão de custos

1 INTRODUÇÃO

As práticas contábeis adotadas para o reconhecimento e mensuração das operações realizadas nas atividades agrícolas passaram por grandes transformações com a edição da *International Accounting Standards* (IAS) 41 – *Agriculture*. De um conjunto de normas contábeis que usavam predominantemente a mensuração baseada no custo histórico a norma inseriu, a partir de sua edição em 2001, a obrigatoriedade da mensuração dos ativos biológicos com base no valor justo.

No Brasil, o processo de convergência às *International Financial Reporting Standards* (IFRS), desencadeado legalmente a partir da Lei 11.638/07, resultou na edição do CPC 29 – Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas (CPC 29), em 2009, com as mesmas recomendações da IAS 41 que passaram a ser exigidas de todas as empresas a partir dos balanços encerrados a partir de 2010. Estas mudanças fizeram com que, um processo de mensuração que antes era caracterizado como mais objetivo, passasse a adotar um conjunto de procedimentos com aplicação de técnicas mais subjetivas e dependentes de julgamentos por parte do preparador das demonstrações contábil-financeiras.

A aplicação do modelo de mensuração a valor justo, visto conceitualmente como menos conservador (ARMSTRONG et al, 2010; SCOTT, 2009; PAULO; ANTUNES; FORMIGONI, 2008; BARTH; 2007; KOLEV, 2008;) influenciou significativamente os valores das demonstrações financeiras das empresas que exploram atividades agrícolas, uma vez que esses ativos são elementos representativos no patrimônio das empresas do agronegócio.

Estudo realizado por Herbohn e Herbohn (2006) com empresas australianas verificou elevada volatilidade dos resultados (entre 90% e 105%) das empresas da amostra. De acordo com os autores essa volatilidade se dá em função de que o método do valor justo permite o reconhecimento de lucro não realizado diferente do custo histórico que somente reconhece a variação do valor dos ativos após a venda. Scott (2009) e Paulo, Antunes e Formigoni (2008) afirmam que o reconhecimento de ativos com base no custo histórico pode ser destacado como um exemplo de prática do conservadorismo, uma vez que privilegia métodos contábeis que resultam em menor valor para o ativo/receita ou maior valor para o passivo/despesas.

O conservadorismo é visto por Watts (2003) como necessário, exercendo a função de mitigar comportamentos oportunistas de gestores e por isso visto como uma característica qualitativa das informações contábeis. Com ponto de vista contrário Barth (2007, p 10) afirma que o conservadorismo não pode ser destacado como uma característica qualitativa das informações financeiras, pois este não permite que sejam apresentadas informações livres de tendenciosidade, uma vez que implica em viés negativo para a contabilidade.

Nesse debate entre prós e contras ao conservadorismo, do ponto de vista normativo, tem sido acolhida a visão de Barth. A última revisão da *Conceptual Framework for Financial Reporting* realizada em 2010, pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) excluiu a prudência/conservadorismo das características qualitativas da informação contábil. De acordo com o IASB o conservadorismo é inconsistente com a neutralidade pretendida da informação contábil, pois sugere viés no processo de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Destaca-se que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (órgão responsável pela produção de normas no Brasil) também revisou, em 2011, a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, adotando a mesma visão do IASB.

No que diz respeito a mensuração e reconhecimento dos ativos biológicos pode-se verificar que tanto as normas específicas (IAS 41 e CPC 29), quanto as gerais (Framework) recomendam que sejam aplicadas metodologias que representem uma visão neutra e livre de viés. Contudo não se pode ignorar o que Weffort (2005) chama de harmonização de direito e de fato. Conforme a autora o Brasil possui dimensões culturais de forte aversão a incerteza o que pode representar um “obstáculo” à aplicação de padrões que demandam de maior julgamento de valor por parte do contador.

Com base nesses aspectos surge a seguinte questão para pesquisa. A adoção das IFRS influenciaram no nível de conservadorismo das práticas contábeis adotadas no Brasil para a mensuração e reconhecimento dos ativos biológicos? Neste sentido, este estudo tem o objetivo de analisar a influência da adoção das IFRS no nível de conservadorismo contábil das companhias abertas que exploram ativos biológicos.

Para medir o grau de conservadorismo das empresas do agronegócio utiliza-se a metodologia de Basu (1997), que se baseia na defasagem temporal entre o reconhecimento de receitas e despesas. Assim, neste trabalho será testada a hipótese de que a adoção das normas internacionais de contabilidade reduziu o nível de conservadorismo presente nas demonstrações contábeis das empresas do setor do agronegócio como efeito da redução de práticas conservadoras. Para testar essa hipótese foram selecionadas as companhias abertas do setor do agronegócio brasileiro, com atividades econômicas ligadas a produção agrícola, pecuária, florestas e extrativismo.

Por meio de uma pesquisa quantitativa e descritiva foram verificadas as demonstrações financeiras das empresas relativas aos períodos entre 2007 e 2012. A análise dos períodos que antecedem a adoção da CPC 29 justifica-se pelo fato de que até 2010 as companhias da amostra adotavam o custo histórico como base de mensuração dos seus ativos biológicos. Após a edição e entrada em vigor do CPC 29 estas passaram a apresentar seus ativos biológicos com base no valor justo.

Com os resultados dessa pesquisa espera-se contribuir para o preenchimento da lacuna na literatura contábil das consequências das consequências contábeis da adoção de uma norma com aplicação específica a determinado setor, que é a discussão do efeito do CPC 29 sobre o nível de conservadorismo do setor do agronegócio. Do ponto de vista do usuário da informação contábil o estudo contribui para o evidenciar se houve alterações nas práticas de conservadorismo. Para os reguladores e elaboradores das normas contábeis, a pesquisa contribui para a análise das consequências das IFRS para as empresas do agronegócio, podendo subsidiar futuras decisões desses órgãos.

A estrutura apresentada neste trabalho compreende além dessa introdução, um referencial teórico que dará suporte às discussões dos resultados obtidos. Em sequência será demonstrada a metodologia utilizada na pesquisa, na quarta seção a construção das hipóteses. Na quinta seção são apresentados os resultados obtidos, e por último as considerações finais do trabalho.

2 CONVERGÊNCIAS ÀS IFRS NO SETOR DO AGRONEGÓCIO.

A relevância da contabilidade para o desenvolvimento dos mercados financeiros vem sendo discutida na literatura científica. Essa discussão se dá principalmente no que se refere ao reflexo dos padrões contábeis sobre a qualidade da informação divulgada e seu impacto na redução da assimetria de informação, na eficiência das decisões de alocação de recursos, na redução de conflito de interesses e redução de custos de transação (SANTOS *et al.*, 2011). Iatridis (2011) argumenta que a informação contábil será considerada relevante quando for capaz de influenciar nas decisões dos seus usuários, os auxiliando na tomada de decisões.

Segundo Santos *et al.* (2011), a literatura contábil internacional tem pesquisado a relevância e as consequências econômicas da informação contábil. Devido ao fato de muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento utilizarem seus sistemas de contabilidade baseados em impostos, alguns questionamentos foram surgindo sobre a utilidade da contabilidade para a tomada de decisões (DESAI, 2005; BAE; TAN; WELKER, 2008; YOON, 2008; ALALI; CAO, 2010; CHAN; LIN; MO; 2010; REZAEI; SMITH; SZENDI, 2010; SANTOS *et al.*, 2011). Assim, surge a necessidade de informações contábeis comparáveis, que realmente possam auxiliar a comunicação entre os agentes econômicos. Diante da demanda por informações contábeis que possam auxiliar no processo de tomada de decisão, comparáveis e de qualidade, os países da União Europeia e outras jurisdições, adotaram como referência para a produção de informações financeiras, as (IFRS).

Como consequência dessa adoção pelo maior bloco econômico, atualmente mais de 130 países adotam as IFRS ou estão em processo de convergência para o padrão internacional de contabilidade (DELOITTE, 2013). Esse movimento de convergência é uma resposta à reivindicação do aumento da utilidade dos relatórios financeiros, tendo em vista que este oferece aos administradores considerável discricionariedade sobre a escolha dos métodos de contabilidade que melhor reflita a realidade econômica e financeira das empresas (CHAN; LIN; MO; 2010).

Uma das principais normas a adotar o valor justo como referência para avaliação dos ativos a que se destina é a IAS 41, cujo modelo de mensuração recomendado para os ativos biológicos é o valor justo. Destaca-se que a referida norma presume que todos os ativos biológicos podem ser mensurados a valor justo, e só em caso de estes não puderem ser mensurados com confiabilidade o valor dos ativos, a norma sugere o uso do custo histórico como alternativa de mensuração do valor dos ativos.

A edição da IAS 41 foi uma resposta para tentar superar o desafio de fornecer informação relevante ao usuário das informações financeiras das empresas do setor agropecuário. Neste sentido vários organismos normatizadores editaram regras para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de propriedade das empresas

agropecuárias. Entre eles destaca-se o *Australian Accounting Standards Board* (AASB), que, em 1998, publicou o AASB 1037 - *Self Generating and Regenerating Assets*. Esta norma serviu de base para o *Discussion Paper*, editado pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC), predecessor do IASB que, em seu processo normal de edição de normas, produziu o *Exposure Draft 65*, dando origem, em dezembro de 2000, a IAS 41 com vigência a partir de janeiro de 2003.

No Brasil, as normas voltadas para o setor agropecuário eram apenas parte de artigos da lei 6.404/76 e da Resolução 732/94 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Em 2001, o CFC editou a Resolução 909 que aprovou a NBC-T 10.14, estabelecendo critérios e procedimentos específicos de avaliação e registro das variações patrimoniais das entidades agropecuárias. Entretanto, como consequência do processo de convergência internacional, legalmente aprovado pela lei 11.638/07, em 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou o CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, que passou a regulamentar a contabilização desses ativos nas atividades agropecuárias.

Lara e Naviera (2000, p. 5) destacam as seguintes razões que justificavam a normatização da contabilidade na atividade agropecuária:

- a) A importância da agropecuária nos países em desenvolvimento e recentemente industrializados.
- b) Os grupos de usuários externos que têm interesse nas empresas agropecuárias (fornecedores, clientes, credores e o próprio estado) são cada vez maiores e se convertem em exigentes usuários da informação contábil.
- c) A natureza das atividades agropecuárias gera conflitos quando aplicados os métodos contábeis tradicionais.
- d) A agropecuária, como destacada pelo próprio *International Accounting Standards Committee* (IASC), permanecia à margem das várias normas contábeis, como IAS 2 e a IAS 16.
- e) Existência de grande diversidade na prática contábil aplicada às empresas do setor agropecuário.
- f) Alguns países estavam tomando a iniciativa em relação à normatização contábil da atividade agropecuária, como por exemplo, a Argentina e a Austrália.

Esse processo de convergência às IFRS inseriu, tanto no Brasil quanto em outros países, mudanças significativas nas normas e práticas contábeis em uso. Como destaque dessas mudanças pode-se citar o abandono do custo histórico como modelo de referência para a mensuração dos ativos e a adoção do modelo de mensuração baseado no valor justo dos ativos e passivos.

Apesar do setor da agricultura ser considerado de grande importância para a economia global, não era tema de estudo entre pesquisadores, profissionais de contabilidade e órgãos de regulação contábil (HERBOHN, 2006; HERBOHN; HERBOHN, 2006). Segundo esses autores, com a aprovação e a apresentação da IAS 41 pelo IASB houve o despertar da pesquisa voltada para a contabilidade rural. Pode-se citar como exemplos desse despertar as pesquisas desenvolvidas por Argilés, Bladón e Monllau (2009), Williams e Wilmshurst (2009), Elad e Herbohn, (2011) e Rech (2011).

Com a ampliação das pesquisas e a aplicação do valor justo no processo de mensuração dos ativos biológicos foram identificadas algumas dificuldades na aplicação deste modelo para alguns ativos cujo modelo é recomendado. Rech e Pereira (2012) destacam as dificuldades encontradas para mensuração dos ativos biológicos considerados de natureza fixa (devido à falta de mercado ativo para esses itens), como, por exemplo, os pomares.

Da mesma forma Burnside (2005) destaca que as empresas florestais apresentam grandes dificuldades para aplicação do critério de avaliação a valor justo, pois alguns de seus produtos apresentam períodos de maturação de mais 100 anos, sendo necessário a aplicação do método do

desconto do fluxo de caixa esperado dos ativos, uma vez que esses não possuem mercado ativo nas diversas fases de maturação, o que aumenta as dificuldades.

Elad (2004, p 638) também destaca que os gestores de grandes companhias australianas afirmaram que a IAS 41 servia somente para distorcer os indicadores financeiros e confundir os usuários das informações desse segmento. Destaca-se que a Austrália, produziu o AASB 1037 que serviu de documento base para o Exposure Draft 65 que deu origem a IAS 41 aplicado desde 1998. Outros países como França e Áustria, que também tinham legislações próprias para tratamento de ativos biológicos e produtos agrícolas com base no custo histórico também apresentaram dificuldades de adaptação (RECH; PEREIRA, 2012).

3 CONSERVADORISMO *VERSUS* QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.

Segundo Basu (1997) o conservadorismo contábil pode ser segregado em condicional e incondicional. Para esse autor, maior qualidade dos relatórios contábeis se aplica ao conservadorismo condicional, uma vez que esse modelo reconhece as más notícias de forma mais oportuna e assimétrica em detrimento as boas notícias. Já o conservadorismo incondicional, se relaciona as práticas gerenciais oportunistas, onde dentre duas opções de mensuração e reconhecimento dos fatos, igualmente válidos, opta-se pela que acarrete a menor avaliação do patrimônio líquido.

Assim, analisando a qualidade da informação contábil, Basu (1997) argumenta que as demonstrações contábeis de baixa qualidade aplica-se às empresas com práticas de conservadorismo incondicional, que atendem objetivos da gestão, principalmente quando a subjetividade é a norteadora de suas decisões, pois estão mais vulneráveis as práticas oportunistas desses gestores.

O conservadorismo contábil trata-se de uma “tendência dos contadores em requerer um mais alto grau de verificação para reconhecer boas notícias como ganhos do que para reconhecer más notícias como perdas” (BASU, 1997, p. 7). Segundo Watts (1993, p. 18), “conservadorismo é um mecanismo no qual, estimativas confiáveis são requeridas para que lucros possam ser antecipados. Esta exigência ocorre devido à assimetria informacional entre a administração e outras partes da empresa”.

Tal prática não é compatível com as IFRS, pois a ideia de uma antecipação assimétrica de reconhecimento de ganhos e perdas é contrária aos seus objetivos de neutralidade e fidedignidade no reconhecimento dos fatos das empresas (PIOT; DUMONTIER; JANIN, 2011). Esse conflito entre conservadorismo e informações contábeis relevantes é identificado por Costa, Costa e Lopes (2006), que defendem que o uso excessivo do conservadorismo nas práticas contábeis pode resultar em demonstrações com informações que não correspondem à realidade da empresa, ocasionando interpretações equivocadas pelos usuários.

Estudos realizados (ver exemplos: WATTS; ZIMMERMAN, 1986; WATTS, 1993; BASU, 1997; CULLINAN *et al.*, 2012), explicam as origens do conservadorismo que influenciam os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (GAAP), sendo elas: dúvidas quanto as regras fiscais, influência política (governo) no estabelecimento de normas contábeis e de execução legal, e as forças regulatórias, originadas principalmente durante o século XX.

Costa, Costa e Lopes (2006) e Barth, Landsman e Lang (2008) argumentam que o conservadorismo implica em viés negativo para a contabilidade, se contrapondo as características qualitativas requeridas para informação contábil relevante aos tomadores de decisão. A justificativa para a preocupação com a qualidade informacional dos lucros e dos critérios usados para a sua formação pelos pesquisadores contábeis se dá devido ao importante papel que ele desempenha, impactando no valor de mercado das empresas (COSTA; COSTA; LOPES, 2006).

De acordo com Jeanjean e Stolowy (2008) e Brito, Lopes e Coelho (2012), a informação dos lucros das empresas se torna relevante para o mercado de capitais quando

resultar em maior transparência e comparabilidade do desempenho das companhias de diferentes países. Ainda, de acordo com esses autores, quando informações contábeis de qualidade e confiáveis estão a disposição dos interessados, a consequência é a redução de custo de captação de recursos para as empresas.

O reconhecimento de ganhos ou perdas, de boas e más notícias de forma assimétrica são denominadas pela literatura de conservadorismo condicional, ou conservadorismo de resultado (DANTAS; PAULO; MEDEIROS, 2013). Segundo Basu (1997) o conservadorismo condicional está relacionado a maiores exigências para reconhecer as boas notícias no resultado do que as más. Diante dessa assimetria no reconhecimento espera-se que as informações divulgadas reflitam as perdas de forma mais tempestivas do que os ganhos (BASU, 1997).

De acordo com Coelho e Lima (2007) o pressuposto das IFRS está relacionado com a alternativa de não somente registrar a custo histórico que está intimamente ligado ao conservadorismo, mas também praticar o reconhecimento a valor justo, com o objetivo de alterar a qualidade da informação apresentada aos usuários.

A adoção das IFRS tem causado impactos significativos sobre o resultado das empresas, refletindo nos números contábeis por elas divulgados (JERMAKOWICZ; TOMASZEWSKI, 2006). Esse desenvolvimento das normas contábeis globais revela que as práticas contábeis conservadoras estão sendo substituídas pelo paradigma da representação fidedigna. Segundo Barlev e Haddad (2003) e Laux e Leuz (2009) enquanto o custo histórico esconde a real situação econômica e financeira das empresas, o valor justo fornece informações completas e transparentes, possibilitando com isso maior relevância aos números contábeis divulgados pelas empresas.

4 CONSTRUÇÃO DA HIPÓTESE

Para Brito, Lopes e Coelho (2012) a oportunidade com que as empresas reconhecem as perdas não realizadas em suas demonstrações financeiras, influencia a qualidade do lucro e consequentemente o teor das informações reportadas ao mercado. Essa prática, chamada de conservadorismo condicional, ocorre quando a empresa se depara com eventos desfavoráveis, e essas perdas estimadas são tempestivamente reconhecidas em seus resultados (BRITO; LOPES; COELHO, 2012).

Ball, Kothari e Robin (2000), argumentam que o conservadorismo incondicional, pode ser definido como a subavaliação do patrimônio líquido, decorrente de escolhas que resultam em menor avaliação do patrimônio, independentemente da probabilidade das perdas econômicas. Segundo os autores os administradores utilizam opções contábeis oportunistas, visando seus próprios objetivos, resultando em menor valor atual para ativos e receitas e maiores valores para passivos e despesas.

O CPC 29 introduziu no arcabouço contábil a possibilidade das empresas que possuem ativos biológicos demonstrarem com fidedignidade todos os eventos econômicos ocorridos com esses ativos. As empresas têm condições de reportarem ao mercado financeiro, informações de qualidade, com menor grau de práticas conservadoras tendo em vista a adoção do valor justo como critério para mensuração.

Segundo Fuji e Slomski (2003), a mensuração com base no custo histórico leva a um alto grau de conservadorismo. Diante do fato que as empresas do setor do agronegócio, até a edição do CPC 29, podiam registrar seus ativos biológicos com base no custo histórico, pode-se caracterizar como uma prática conservadora presente nos relatórios contábeis destas entidades.

Com a adoção do CPC 29 e respectiva mensuração com base no valor justo, espera-se a redução do nível de conservadorismo nas informações contábeis das empresas desse setor, o que fundamenta as hipóteses de pesquisa:

H₁: O nível de conservadorismo condicional das demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras do setor de agronegócios reduziu após a adoção das normas internacionais de contabilidade.

H₂: O nível de conservadorismo incondicional das demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras do setor de agronegócios reduziu após a adoção das normas internacionais de contabilidade.

As hipóteses testada no presente artigo baseiam-se no seguinte argumento de Brito, Lopes e Coelho (2012, p.25): “a qualidade é elevada se a contabilidade captura bem a realidade econômica da empresa, e baixa se a contabilidade não captura bem essa realidade”. A verificação do nível de qualidade das demonstrações financeiras será medida com base no modelo de Basu (1997) para medir o grau de conservadorismo presente nas demonstrações contábeis.

5 METODOLOGIA

Este estudo tem como característica uma pesquisa descritiva sobre a observação de práticas contábeis conservadoras, nas empresas brasileiras que exploram ativos biológicos e que possuem ações negociadas em bolsa de valores (BEUREN, 2004). Quanto aos procedimentos de coleta e análise, a pesquisa pode ser caracterizada como quantitativa, pois trata os dados através de técnicas estatísticas (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

5.1 Mensuração do grau de conservadorismo

Para mensurar o grau de conservadorismo contábil foram utilizadas as demonstrações contábeis trimestrais das companhias abertas brasileiras do setor de agronegócios, nos três anos anteriores à adoção ao CPC 29, e nos três anos posteriores à sua adoção. Por meio do modelo proposto por Basu (1997) foi analisado a relação entre as variáveis lucro contábil e retorno econômico, utilizando os valores dos retornos positivos e negativos como *proxy* de boas e más notícias. A fórmula original apresentada por Basu (1997) é exposta na Equação 1.

$$\frac{X_{it}}{P_{it-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 R_{it} + \beta_1 R_{it} DR_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Sendo que:

X_{it} : corresponde ao lucro ou prejuízo apresentado pela ação da empresa i no período t ;

P_{it} : é referente ao preço da ação da empresa i no período $t-1$;

DR_{it} : significa a aplicação do método *Dummy*, onde é atribuída valor igual a 1, quando a variação do lucro apresentado for positiva, e o valor 0, quando a variação é negativa;

R_{it} : é a regressão do retorno da ação da empresa i no período t ,

ε_{it} : é o termo de erro da fórmula; e

$\alpha_0, \alpha_1, \beta_0$ e β_1 : parâmetros que estão sendo analisados.

Para testar os efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo adotou-se como principal justificativa a adoção da CPC 29 pelas empresas do agronegócio. Assim para analisar a presença do conservadorismo após a adoção do CPC, foi incluída uma variável *dummy* no modelo original de Basu (1997), que assumiu o valor 1 para o último trimestre de 2010, e todos os trimestres de 2011 e 2012, período posterior a emissão (Equação 2). A inclusão da variável *dummy* tem como objetivo capturar os efeitos da mudança no nível de conservadorismo após a adoção das normas internacionais de contabilidade, uma vez que o conjunto completo de CPCs foi exigido pela CVM para todas as empresas de capital aberto a

partir de 2010. A outra variável *dummy* será utilizada para representar as informações sobre o lucro por ação e o retorno econômico no trimestre. Garbrecht *et al.* (2012) e Santos *et al.* (2011) também utilizaram o modelo de Basu (1997) modificado para testar o nível de conservadorismo condicional no período *ex post* a Lei 11.638/2007. A equação a seguir apresenta a equação do modelo modificado.

$$\frac{X_{it}}{P_{it-1}} = \alpha_{0i} + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 R_{it} + \beta_1 R_{it} DR_{it} + \beta_2 DT_{it} + \beta_3 DT_{it} R_{it} DR_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Em que,

- X_{it} : indica o resultado contábil por ação da empresa i no trimestre t ;
- P_{it-1} : corresponde ao último preço disponível da ação na empresa i em uma janela temporal de 15 imediatamente posteriores ao prazo limite para divulgação das informações contábeis do trimestre anterior ($t-1$). Considerando os preços ajustado ao pagamento de dividendos;
- DR_{it} : variável *dummy* que assume 1 se o retorno econômico for <0 , e 0 para o que apresentaram retorno econômico >0 ;
- R_{it} : retorno econômico da ação da empresa i no trimestre t . Para o cálculo do retorno, é considerado $(P_{it} - P_{it-1})/P_{it-1}$, sendo que P_{it} é o último preço disponível da ação da empresa i no prazo de 15 dias imediatamente após o término do prazo limite para divulgação das informações contábeis do trimestre atual (t)
- $R_{it}DR_{it}$: a variável *dummy* multiplicada pelo retorno econômico da empresa i no trimestre t ;
- DT_{it} : variável *dummy* assumindo valor 1 para os trimestres referentes aos anos de 2011, 2012 e o quarto trimestre de 2010, e valor 0 para os demais trimestres de 2010, e todos os trimestres para 2007, 2008, 2009;
- $DT_{it}R_{it}D$: corresponde a variável *dummy* do trimestre multiplicada pela interação entre a variável *dummy* de retorno negativo e retorno econômico; ε_{it} : termo de erro da regressão.

Para a análise dos resultados utiliza-se como parâmetro o exposto no Quadro 1, a seguir.

α_0	Representa o intercepto e é inerente ao modelo estatístico, não possuindo significado na análise econômica e teórica.
α_1	É uma variável <i>dummy</i> que mensura a velocidade do reconhecimento do retorno econômico pelo resultado contábil. Verificará a sensibilidade do lucro contábil, indicando se ele é mais sensível aos resultados negativos do que aos resultados positivos. Quando o sinal esperado para essa variável for negativo, e os valores maiores e mais significativos sugerem a informação contábil está sendo transmitida em tempo hábil.
β_0	Captura o reconhecimento positivo e negativo, em conjunto, do retorno econômico pelo lucro contábil, refletindo a oportunidade do lucro contábil no reconhecimento do retorno econômico. O coeficiente com sinal positivo revela uma associação direta entre o lucro contábil e o retorno das ações. Retorno positivo reflete lucro positivo e retorno negativo reflete lucro negativo.
β_1	Captura o resultado negativo da empresa, decorrente das escolhas de regras e práticas contábeis, e também o conservadorismo condicional, representado pelo reconhecimento assimétrico de perdas econômicas (resultado negativo) em relação aos ganhos. Caso o sinal

	seja positivo, o resultado positivo e significativo indica que o resultado contábil reflete mais oportunamente os retornos negativos do que positivos, indicando a presença do conservadorismo.
β_2, β_3	Captura o nível do conservadorismo incondicional diante do padrão contábil estabelecido a partir do CPC 29. Se o coeficiente apresentar valor positivo e estatisticamente significativo no caso de aumento do conservadorismo, após a referida norma.

Fonte: elaborado com base em Santos *et al.* (2011) e Garbrecht *et al.* (2012).

Quadro 1 - Parâmetros de análise

Os dados das variáveis preços das ações para a pesquisa foram obtidos junto ao banco de dados Economatica, e da variável lucro por ação por trimestre foram obtidos por meio dos relatórios contábeis consolidados disponíveis no site da BM&FBOVESPA, correspondentes aos dados trimestrais no horizonte temporal de 2007 a 2012.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, foram selecionadas as companhias abertas do setor de atuação do agronegócio listadas na BM&FBOVESPA, que exploram ativos biológicos e possuem esses ativos na composição de seu patrimônio no ano de 2010. Neste sentido, o número de empresas que compõem a amostra, os períodos observados, e as etapas realizadas para a seleção da amostra são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Composição da Amostra

	n°	Anos	Observações
Empresas que exploram Ativo Biológico (2010)	28	6	672
Exclusão por não apresentarem variáveis (2010)	3	6	72
Exclusão por apresentarem variáveis incompletas	3	6	72
Exclusão por <i>outliers</i>	-	-	46
Amostra final	22	6	482

Fonte: Elaborado pelos Autores

Das 28 empresas identificadas com ativo biológico no seu patrimônio, foram excluídas seis empresas que não apresentaram no mínimo seis trimestres antes e seis trimestres após a adoção do CPC 29, por impossibilitarem a comparação do efeito da adoção do CPC. Com isso resultou em 22 empresas permitindo a análise de 482 observações.

Para a análise dos dados foi aplicada a técnica de dados em painel com uso do *software* estatístico SPSS. Segundo Fávero *et al.* (2009), a técnica de dados em painel apresenta três modelos possíveis de aplicação denominados por como modelo *pool*, modelo aleatório, ou efeito fixo. Com base na análise do modelo mais apropriado para a pesquisa, optou-se pelo modelo de dados em painel com efeito fixo por apresentar resultados mais consistentes.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na Tabela 2 são apresentados os resultados da regressão de dados em painel com efeitos fixos para a amostra. Foram calculados os coeficientes $\alpha_0, \alpha_1, \beta_0$ e β_1 , do modelo original de Basu (1997). Já os coeficientes β_2 e β_3 são obtidos pela modificação do modelo original para capturar os efeitos do conservadorismo no período pré e pós adoção do CPC 29.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 2, o coeficiente α_0 não se mostra significativo ao nível nominal de 10%. Esse coeficiente representa o intercepto da equação, cujo resultado para a análise do conservadorismo não possui poder de inferência.

O resultado negativo do coeficiente β_1 e positivo do coeficiente de α_1 , estatisticamente significativos, sugerem que não há presença de conservadorismo condicional, o que significa que tanto as perdas quanto os ganhos das empresas são reconhecidos oportunamente.

Tabela 2 - Resultados da regressão conforme modelo modificado de Basu (1997).

Lucro Líquido por Ação				
Var.	Coefficiente	Estat. t	p - valor	Significância
α_0	-0,0268672	1,54	0,125	
α_1	0,0377077	1,67	0,096	*
β_0	0,3182893	5,36	0,000	*
β_1	-0,2609921	-2,50	0,013	*
β_2	0,0292413	1,60	0,110	
β_3	0,3847746	2,39	0,017	*
F:0,0000				

*Nível nominal de significância de 10%

Fonte: Elaborado pelos autores

O coeficiente β_0 , apresenta p-valor de 0,00 o que mostra uma associação direta entre o lucro contábil e o retorno das ações altamente significativa, dessa forma as duas variáveis tem o mesmo direcionamento, ou seja, se o resultado contábil é positivo, reflete positivamente nos preços das ações.

Quanto β_2 e β_3 espera-se que esses coeficientes sejam positivos e estatisticamente significativo no caso de aumento do conservadorismo, após a aplicação das IFRS (SANTOS, *et al.* 2011). O valor encontrado para coeficiente β_3 foi 0,3847746, positivo e p-valor estatisticamente significativo conforme o esperado. Já β_2 apresenta coeficiente muito próximo de zero (0,0292413) e com sinal positivo, contudo, sem significância estatística. Apesar desse resultado no β_2 os valores encontrados no β_3 sugerem a presença do conservadorismo incondicional. Segundo Basu (1997) empresas com conservadorismo incondicional apresentam baixa qualidade informacional dos números contábeis, com práticas oportunistas da gestão.

Como foram utilizados os trimestres dos anos de 2007, 2008, 2009 e até o terceiro trimestre do ano de 2010 como período pré-adoção do CPC 29 e os períodos de 2011, 2012, e o quarto trimestre de 2010 como período pós adoção, os resultados de β_1 e α_1 mostram significância estatística, portanto a hipótese H_1 foi aceita, por ser percebido que houve redução no nível de conservadorismo condicional nas práticas contábeis das companhias analisadas.

Porém a hipótese H_2 , que buscou identificar se o conservadorismo incondicional apresentou redução após a adoção das normas internacionais, foi rejeitada, pois, ao observar os resultados obtidos por β_2 sendo o coeficiente positivo, é identificado que nessa forma de conservadorismo houve aumento.

Quando comparado ao estudo realizados sobre a alteração no nível de conservadorismo no Brasil, em consequência das normas internacionais de contabilidade, este estudo corrobora com o estudo de Santos (2011), que obteve como resultado a redução no nível de conservadorismo condicional após a adoção das novas normas. No entanto relacionando ao mesmo trabalho o conservadorismo incondicional obteve resultados diferentes. Santos (2011) identificou que nas empresas da sua amostra, o grau de conservadorismo incondicional não apresentou alteração, diferente dos resultados aqui encontrados que apresentaram elevação no conservadorismo desse tipo.

Em comparação a pesquisa desenvolvida por Garbrecht *et al.* (2012), os resultados se mostraram contrários, pois este identificaram uma alto grau de conservadorismo condicional em seus estudos ao nível nominal de significância no valor de 0,01.

Quanto a análise da adoção das IFRS, os resultados obtidos são convergentes com os apresentados por Piot, Dumontier e Janin (2011). Os autores identificaram redução no nível de conservadorismo condicional nas práticas contábeis das empresas da União Europeia, na análise pré e pós a adoção das IFRS com base em dados do período de 2001 a 2008, e um aumento no nível de conservadorismo incondicional.

Em relação a adoção do CPC 29 como ponto de ruptura para adoção das IFRS pelas companhias abertas que possuem ativo biológico, verifica-se que houve redução no nível de conservadorismo condicional nas práticas contábeis para essas empresas. Esses resultados corroboram o objetivo do IASB de apresentar informações contábeis neutras e livres de viés conforme previsto pelas características qualitativas destacadas na *Conceptual Framework* o que caracteriza certo abandono do conservadorismo pelas empresas e o fornecimento de informações tempestivas. Mas não é possível inferir sobre a confiabilidade das informações contábeis tendo em vista que denotou-se aumento no conservadorismo incondicional, o que pode caracterizar evidências de deterioração na qualidade da informação contábil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na confrontação de demonstrações financeiras elaboradas sob dois critérios de mensuração e da aplicação de normas mais subjetivas e sujeitas a julgamento dos preparadores foi possível verificar que a contabilidade nas empresas que exploram ativos biológicos apresenta sinais de adaptação aos novos conceitos. Verificou-se que no período pós adoção da CPC 29 houve redução no nível de conservadorismo condicional. Isso significa que a adoção das normas convergentes às IFRS possuem influência no nível de conservadorismo na mensuração e reconhecimento dos ativos dessas empresas.

Os resultados dos testes demonstram que houve redução no nível de conservadorismo condicional das demonstrações contábeis das empresas brasileiras que exploram ativo biológico após a adoção das IFRS, portanto aceita-se H_1 . Tais resultados, mostram também que houve aumento no nível de conservadorismo incondicional nas práticas contábeis após a adoção das referidas normas, levando portanto a rejeição de H_2 .

Verificou-se empiricamente que as empresas do agronegócio estão abandonando uma de suas práticas tradicionais – o conservadorismo condicional, denotando certa preocupação com a relevância da informação contábil para os tomadores de decisão. A partir do momento que os administradores e contadores reportam informações neutras e fidedignas aos usuários externos, ela expõe a real situação econômica e financeira das empresas do agronegócio, trazendo tempestividade dos fatos econômicos.

Contribuindo com os estudos sobre o assunto, pode-se observar uma relação entre a adoção às IFRS e a redução no nível de conservadorismo condicional, mas um aumento no nível de conservadorismo incondicional. Tais evidências mostram que as empresas do agronegócio estão reconhecendo mais oportunamente as perdas e ganhos, deixando de lado as práticas de conservadorismo condicional. Porém quando se têm o aumento do conservadorismo incondicional, infere-se que no setor do agronegócio houve o aumento das práticas gerenciais oportunistas, que atendem aos objetivos da gestão, reportando demonstrações contábeis de baixa qualidade. Dessa forma, este estudo colabora com a literatura contábil quando sugere o preenchimento da lacuna existente na discussão do efeito do CPC 29 sobre o nível de conservadorismo do setor do agronegócio.

Para a prática, o estudo evidencia que houve alterações nas práticas de conservadorismo condicional, mostrando maior tempestividade nos números contábeis das empresas do agronegócio reportados aos usuários externos. Entretanto houve aumento no conservadorismo incondicional dessas empresas, levando a demonstrações contábeis de baixa qualidade. Essa perda de qualidade pode resultar em redução da relevância para os usuários externos, e aumento nos custos de agência.

Para os reguladores e elaboradores das normas contábeis, a pesquisa mostra que o objetivo estabelecido de trazer informações contábeis fidedignas vem sendo alcançado pelo setor do agronegócio quando é demonstrado que houve redução no nível de conservadorismo condicional, subsidiando futuras decisões e avaliações desses órgãos. Porém o subjetivismo

presente na mensuração do valor justo, podem ter levado os gestores dessas empresas a adotarem práticas oportunistas, pois foi identificado aumento no nível de conservadorismo incondicional, portanto os órgãos reguladores devem buscar mecanismos de redução dessas práticas.

A limitação apresentada por esse estudo está relacionada ao fato de terem sido analisadas apenas as empresas que apresentavam saldo de ativo biológico, listadas na BM&FBOVESPA, e também a aferição do conservadorismo apenas por meio da aplicação da técnica de Basu (1997).

Além disso, destaca-se que a maioria dessas empresas da amostra possuem atividades verticalizadas que variam da produção dos ativos biológicos, a transformação e a comercialização dos produtos resultantes o que pode significar a aplicação de uma gama elevada de critérios de mensuração nos seus ativos. Embora os ativos biológicos sejam significativos o seu efeito no resultado acaba sendo dissolvido entre as diversas atividades desenvolvidas pelas empresas.

Para pesquisas futuras sugere-se a aplicação para todas as empresas de capital aberto listadas em bolsas, que apresentem saldo do ativo biológico, medindo o grau de conservadorismo em outros modelos além de Basu (1997), para comparação dos resultados e verificação do melhor método de aferição dessa prática.

REFERÊNCIAS

ALALI, F.; CAO, L. International financial reporting standards – credible and reliable? An overview. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, v. 26, p. 79 – 86, 2010.

ARGILÉS, J. M.; BLADÓN, J. G. MONLLAU, T. Fair value versus historic cost Valuation for Biological assets: Implications for the quality of financial information. In: Jornadas De Contabilidad Financiera, 8. Barcelona, **Anais...**, Barcelona: 2009.

ARMSTRONG, C. S.; BARTH, M. E.; JAGOLINZER, A. D.; RIEDL, E. J. Market reaction to the adoption of IFRS in Europe. **The Accounting Review**, v. 85, n. 1, 2010.

BAE, K. H.; TAN, H.; WELKER, M. International GAAP differences: The Impact on Foreign Analysts. **The Accounting Review**, v. 83, p. 593–628, 2008.

BALL, R.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, 2000.

BARLEV, B.; HADDAD, J. Fair Value accounting and the management of the firm. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 14, n. 4, p. 383-415, 2003.

BARTH, M. E. Standard-setting measurement issues and the relevance of research. Accounting and Business Research Special Issue: **International Accounting Policy Forum**, 2007.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International Accounting Standards and Accounting Quality. **Journal of Accounting Research**. v. 46, n. 3, jun. 2008.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting & Economics**, Amsterdam, v. 24, 1997.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Lei no 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende as sociedades de grande porte disposições relativas a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 249-A, 28 dez. 2007. Seção 1- Edição Extra.

BRITO, G. A. S.; LOPES, A. B.; COELHO, A. C. D. Conservadorismo nos lucros contábeis dos bancos no Brasil: a influência do controle estatal. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 4, p. 19-39, 2012.

BURNSIDE, A. IAS 41 of the forest industry – a study of the forest products companies conception of the IAS 41 today. **School of Economics and Commercial Law**. Goteborg University 2005. Disponível em: <<http://www.handels.gu.se/epc/archive/>>. Acesso em 09 set. 2009.

CHAN, K. H.; LIN, K. Z.; MO, P. L.L. Will a departure from tax-based accounting encourage tax noncompliance? Archival evidence from a transition economy. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 1, p. 58-73, 2010.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis.- CPC- **CPC 29** Ativo Biológico e Produto Agrícola. 2009. Disponível: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 20 abr. 2013

COELHO, A. C.; LIMA, I. S. Qualidade Informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 18, n. 45, p. 38 – 49, 2007

COSTA, F. M.; COSTA, A. C. O.; LOPES; A. B. Conservadorismo em cinco países da América do sul. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, n. 41, p. 7-20, maio/ago. 2006.

CULLINAN, C. P.; WANG, F.; WANG, P.; ZHANG, J. Ownership structure and accounting conservatism in China. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 21, p. 1-16, 2012.

DANTAS, J. A.; PAULO, E.; MEDEIROS, O. R. Conservadorismo condicional na indústria bancária brasileira em situações de maior percepção de risco. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 2, p. 83-103, 2013.

DELOITTE. **Use of IFRS by jurisdiction. 2013**. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/en/resources/use-of-ifs/?>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

DESAI, M. A. The divergence between book income and tax income. **Harvard Business School and National Bureau of Economic Research**, p. 169-208, jan. 2005. Disponível em:<<http://www.nber.org/chapters/c11538>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

ELAD, C.; HERBOHN, K. Implementing fair value in the agricultural sector. Scotland:

SATER, **Working Paper**, 2011.

ELAD, C. Fair value accounting in the agricultural sector: some implications for international accounting harmonization. **European Accounting Review**, v. 13, n. 4, 2004.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FUJI, A. H.; SLOMSKI, V. Subjetivismo responsável: necessidade ou ousadia no estudo da contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, n. 33, p. 33 - 44, set./dez. 2003.

GARBRECHT, G. T.; TROMBELLI, R. D.; COLAUTO, R. D.; SCHERER, L.M. Conservadorismo condicional ex post a Lei 11.638/07: um estudo sobre a qualidade do lucro contábil em empresas listadas na BM&FBOVESPA. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 12, 2012, São Paulo/SP. **Anais...**, São Paulo, FEA/USP, 2012.

HERBOHN, K.; HERBOHN, J. International Accounting Standard (IAS) 41: What Are the Implications for Reporting Forest Assets? **Small-scale Forest Economics, Management and Policy**, v. 5, n.2, 2006

HERBOHN, K. Accounting for SGARAs: A Stocktake of Accounting Practice Before Compliance With AASB 141 Agriculture. **Australian Accounting Review**, v. 16, n. 2, 2006

IATRIDIS, G. E. Accounting disclosures, accounting quality and conditional and unconditional conservatism. **International Review of Financial Analysis**, v. 20, p. 88-102, 2011.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **IAS 41 Agriculture**: appendix B - basis for conclusions. Disponível em: <www.ifrs.org>. Acesso em: 15 Jun. 2011.

JEANJEAN, T.; STOLOWY, H. Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. **Journal of Accounting Public Policy**, v. 27, p. 480-494, 2008.

JERMAKOWICZ, E. K., GORNIK-TOMASZEWSKI, S. Implementing IFRS from the perspective of EU publicly traded companies. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 15, n. 2, p. 170-196, 2006.

KOLEV, K. Do Investors Perceive Marking-to-Model as Marking-to-Myth? Early Evidence from FAS 157 Disclosure. **Working paper series**, 2008. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1336368> Acesso em 20 jun. 2010.

LARA, L. C.; M. S. M., NAVIERA. Normas internacionais para la actividad agrícola: aplicación del valor razonable. In: Congresso de Contabilidade e Auditoria, 8, 2000, Aveiro. **Anais...**, Aveiro, Portugal: 2000.

LAUX, C.; LEUZ, C. The crisis of fair-value accounting: Making sense of the recent debate. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, n. 6-7, p. 826-834, 2009.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PAULO, E.; ANTUNES, M. T. P.; FORMIGONI, H. Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas - RAE**. v. 48, n. 3, Jul./Set. 2008.

PIOT, C.; DUMONTIER, P.; JANIN, R. **IFRS consequences on accounting conservatism within Europe: The role of Big 4 auditors**. 2011. Disponível em: Electronic copy available at: <http://ssrn.com/abstract=1754504>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

RECH, I. J.; PEREIRA, I. V. Valor justo: análise dos métodos de mensuração aplicáveis aos ativos biológicos de natureza fixa. **Custos e @gronegocio on line**, v. 8, n. 2, 2012.

RECH, I. J. **Formação do valor justo dos ativos biológicos sem mercadoativo: uma análise baseada no valor presente**. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

REZAEE, Z.; SMITH, L. M.; SZENDI, J. Z. Convergence in accounting standards: Insights from academicians and practitioners. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, v. 26, p. 142 – 154, 2010.

SANTOS, L. P. G. LIMA, G. A. S. F.; FREITAS, S. C.; LIMA, I. S. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.

SANTOS, E. S. *Full IFRS x Lei 11.638 (1ª fase) x Lei 6.404: Impacto Esperado nos Resultados de 2010 a partir das Empresas que se Anteciparam In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, 11, 2011, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo, FEA/USP, 2011.

SCOTT, W. R. **Financial Accounting theory**. 5 ed. Toronto: Pearson, 2009.

WATTS, R. L. **A proposal for Research on Conservatism**. Maio 1993. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/>>. Acesso em: 05 jul 2013.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive Accounting Theory**. New Jersey: Prentice-Hall, 1986.

WILLIAMS, B. R. WILMSHURST, T. The Achievability of Sustainable Reporting Practices in Agriculture. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**. v. 16, 2009.

YOON, S. W. An international study of the relation between book-tax conformity and the value relevance of earnings components. **Journal of International Business Research**, v. 7, n. 2, 2008